



**JUSTIÇA ELEITORAL
ESTADO DE RONDÔNIA
JUÍZO DA 8ª ZONA ELEITORAL – COLORADO DO OESTE**

**REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600061-63.2020.6.22.0008 / 008ª
ZONA ELEITORAL DE COLORADO DO OESTE RO
IMPUGNANTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO
DEMOCRATAS DE CHUPINGUAIA, PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO- PSB-
COMISSAO PROVISORIA -CHUPINGUAIA-RO, DIRETORIO MUNICIPAL DE
CHUPINGUAIA PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO, PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB - DIRETORIO CHUPINGUAIA - RO,
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO VERDE - PARTIDO VERDE
CHUPINGUAIA RO, PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) IMPUGNANTE: NEWTON SCHRAMM DE SOUZA - RO2947
IMPUGNADO: WANDERLEY ARAUJO GONCALVES, #-CHUPINGUAIA, CRESCER
É PRECISO 14-PTB / 12-PDT / 11-PP / 15-MDB / 10-REPUBLICANOS, PARTIDO DO
MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO -PMDB-COMISSAO PROVISORIA
MUNICIPAL CHUPINGUAIA-RO, PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA-PDT-
COMISSAO PROVISORIA -CHUPINGUAIA- RO, COMISSAO PROVISORIA DO
PARTIDO PROGRESSISTA - PP CHUPINGUAIA - RO, PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO - PTB - COMISSAO PROVISORIA DE CHUPINGUAIA,
REPUBLICANOS ORGAO PROVISORIO CHUPINGUAIA - RO -MUNICIPAL
Advogados do(a) RECLAMADO: GABRIEL FELTZ - RO5656, BRUNO LEONARDO
MOREIRA E VIEIRA PINTO - RO3585**

SENTENÇA

Trata-se de pedido de registro de candidatura coletivo, apresentado em 18 de setembro de 2020, de **WANDERLEY ARAUJO GONCALVES**, para concorrer ao cargo de **Prefeito**, sob o número **14**, pelo(a) **CHUPINGUAIA, CRESCER É PRECISO (PTB, PDT, PP, MDB, REPUBLICANOS)**, no Município de(o) **CHUPINGUAIA**.

Publicado o edital, apresentaram impugnações: a Coligação Unidos Pelo Progresso – (DEM , PSB, PSD, PV E PSDB) e o Ministério Público Eleitoral.

A primeira trouxe aos autos que argumentação no sentido de que o impugnado incidiu por diversas vezes na inelegibilidade disposta no art. 1º, I, "g", da Lei Complementar nº. 64/90, em virtude das condenações proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado nos processos: 3860/2013, 3569/2013, 4070/2013 e 1333/2011. Ademais, em 19 de outubro de 2020, pugnou por acrescentar novo pedido à ação de impugnação, consistente na inelegibilidade do art. 1º, I, "e", 1, da citada Lei Complementar, em decorrência da condenação criminal anotada no Cadastro Eleitoral do impugnado.

Já o segundo apresentou que o impugnado "encontra-se inelegível, haja vista que em consulta ao SISCONTA ELEITORAL/2020, está com sua "ficha suja" devido a condenações de no TSE e Câmara Municipal de Chupinguaia, conforme documentos em

anexo, e nos termos do art. 14, § 9º, da Constituição Federal c/c art. 1º, inciso I, alínea “e”, ‘g’, da LC n. 64/1990, com a redação da LC n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa)”.

Citado, o impugnado apresentou defesa na qual argumentou, em defesa de mérito, no que diz respeito à primeira impugnação, pela não incidência da inelegibilidade do art. 1º, I, "g", da LC 64/90, para todas as condutas elencadas nos processos de julgamento de contas, em razão de que: a) não houve dolo configurador de ato de improbidade administrativa, mas sim culpa nas condutas imputadas; b) não se pode atribuir individualmente atos de improbidade administrativa com base em julgados do Tribunal de Contas; assim como, quanto à segunda impugnação, que esta carece de fundamentação, sendo incerta a atribuição das inelegibilidades apontadas e ausentes suas provas. Fez juntar documentos.

**É o relatório.
Decido.**

Acolho as defesas levantadas em contestação, relativas à impugnação do Ministério Público Eleitoral, já que inapta a inicial, visto que a peça exordial não expôs a contendo os fatos e fundamentos jurídicos que dariam causa à inelegibilidade apontada, fato este que também conduz à impossibilidade de contradita e ampla defesa. Portanto, **JULGO EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, a ação de impugnação de registro de candidatura, com base no art. 485, I, do Código de Processo Civil. Não há, igualmente, qualquer referencia a documentos natureza pública que permitam o recebimento como notícia de inelegibilidade, de acordo com o art. 34, § 1º, III, da Resolução nº. 23.609/2020.

Igualmente, **INDEFIRO O ADITAMENTO DA INICIAL**, apresentado pelo primeiro impugnante (ID 17489270), por entendê-lo intempestivo e contrário ao art. 329, I, do Código de Processo Civil, além de ser inaplicável seu inciso II ao procedimento específico da ação de impugnação de registro de candidatura.

Vencido o saneamento, vê-se que a causa encontra-se suficientemente instruída e contraditada, considero-a, portanto, apta para julgamento.

Assim, revela-se, de acordo com a informação do Cartório Eleitoral, que o impugnado cumpriu todas as condições de elegibilidade e apresentou a documentação exigida para o registro de candidatura, restando, tão somente, a análise da incidência das inelegibilidades previstas no art. 1º, I, "g", - objeto da impugnação de registro - e no art. art. 1º, I, "e", 1, - consoante certificado pelo Cartório Eleitoral.

Constam dos autos que o impugnado ostenta quatro condenações pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, quais sejam:

*"ACORDAM os Senhores Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro EDÍLSON DE SOUSA SILVA, por unanimidade de votos, em: I – Julgar irregular, nos termos do art. 16, III, “c”, da Lei Complementar 154/96, c/c o art. 25, III, do Regimento Interno, a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Chupinguaia, exercício de 2010, de responsabilidade do **Senhor Wanderley Araújo Gonçalves – Presidente à época dos fatos, ante a infringência ao art. 29, VI, “a”, da Carta Magna, pelo pagamento a maior no período de janeiro a setembro de 2010 a título de subsídio ao seu Presidente; II - Imputar débito ao Senhor Wanderley Araújo Gonçalves, no montante de R\$ 20.565,00 (vinte mil, quinhentos e***

sessenta e cinco reais), na forma do § 3º do art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 19 da Lei Complementar 154/96, em decorrência do pagamento a si próprio de subsídio acima do limite constitucional; III – Multar, nos termos do art. 54 da Lei Complementar 154/96, do Senhor Wanderley Araújo Gonçalves, em R\$ 4.113,00 (quatro mil cento e treze reais), correspondente a 20% do valor do dano consignado no item II deste Acórdão;". **(TCE-RO. PROCESSO Nº. 1333/2011. ACORDÃO Nº. 35/2013. 1ª CÂMARA. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2015)**

"ACORDAM os Senhores Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, Conselheiro PAULO CURI NETO, por UNANIMIDADE de votos, em: I - Julgar irregular a presente Tomada de Contas Especial relativa ao senhor **Wanderley Araújo Gonçalves (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Chupinguaia)** e aos senhores Paulo Américo Dotti (Ex-Diretor Geral da Câmara Municipal de Chupinguaia) e a senhora Luciana Custódio da Silva (Ex-Controladora Interna da Câmara Municipal de Chupinguaia), assim como a empresa A. L. Moraes & Santos Ltda - ME, representada pela Senhora Elisangela Antunes dos Santos, com supedâneo no artigo 16, inciso III, alínea "c", da Lei Complementar nº 154/1996, **em razão da irregularidade com dano ao erário no valor total de R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais), pela realização de pagamentos sem a correspondente liquidação da despesa e também em razão do desaparecimento dos processos administrativos nºs 30/2012 (referente a serviços de cerimonial em sessões itinerantes) e 36/2012 (atinentes a serviços de pintura do prédio da Câmara);** II - Imputar, com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar nº 154/96, ao senhor **Wanderley Araújo Gonçalves (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Chupinguaia)**, solidariamente com os senhores Paulo Américo Dotti (Ex-Diretor Geral da Câmara Municipal de Chupinguaia), Luciana Custódio da Silva (Ex-Controladora Interna da Câmara Municipal de Chupinguaia) e a empresa A. L. Moraes & Santos Ltda - ME, representada pela Senhora Elisangela Antunes dos Santos, o débito no valor de 33.000,00 (trinta e três mil reais), o qual, ao ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora a partir de dezembro de 2012 até outubro de 2015, corresponde ao valor atual de R\$ 54.086,153, **por terem realizado pagamentos sem a correspondente liquidação da despesa e, no caso da empresa contratada, por ter se beneficiado dos valores ilegítimos, tudo constatado no processo administrativo nº 30/2012;** III - Imputar, com fulcro no artigo 19 da Lei Complementar nº 154/96, ao senhor **Wanderley Araújo Gonçalves (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Chupinguaia)**, solidariamente com os senhores Paulo Américo Dotti (Ex-Diretor Geral da Câmara Municipal de Chupinguaia), Luciana Custódio da Silva (Ex-Controladora Interna da Câmara Municipal de Chupinguaia) e a empresa A. L. Moraes & Santos Ltda - ME, representada pela Senhora Elisangela Antunes dos Santos, o débito no valor de 3.300,00 (três mil e trezentos reais), o qual, ao ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora a partir de dezembro de 2012 até outubro de 2015, corresponde ao valor atual de R\$ 5.408,614, **por terem realizado pagamentos sem a correspondente liquidação da despesa e, no caso da empresa contratada, por ter se beneficiado dos valores ilegítimos, tudo constatado no processo administrativo nº 256/11;** IV - Aplicar multa individual, com fulcro no artigo 54, da Lei Complementar nº 154/96,

no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do débito cominado (sem a incidência de juros de mora), que perfaz o quantum de R\$ 22.199,54 (vinte e dois mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos), aos senhores **Wanderley Araújo Gonçalves (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Chupinguaia)**, Paulo Américo Dotti (ExDiretor Geral da Câmara Municipal de Chupinguaia), Luciana Custódio da Silva (ExControladora Interna da Câmara Municipal de Chupinguaia) e a empresa A. L. Moraes & Santos Ltda - ME, representada por Elisangela Antunes dos Santos, **em razão da irregularidade danosa detectada, qual seja, realização de pagamentos sem a regular liquidação da despesa (referente aos processos administrativos nº 30/12 e 256/11);** V - Aplicar multa individual no valor de RS 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com fulcro no artigo 55, II, da Lei Complementar nº 154/96, aos senhores **Wanderley Araújo Gonçalves (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Chupinguaia)** e Paulo Américo Dotti (Ex-Diretor Geral da Câmara Municipal de Chupinguaia), **em razão do desaparecimento dos processos administrativos nºs 30/2012 e 36/2012;" (TCE-RO. PROCESSO Nº. 3860/2013. ACORDÃO Nº. 396/2015. 2ª CÂMARA. JULGADO EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015)**

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do Relator, CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO, por unanimidade de votos, em: I – JULGAR IRREGULAR, com fulcro no art. 16, III, “b”, “c” e “d”, da Lei Complementar nº 154/96, a Tomada de Contas Especial da Câmara Municipal de Chupinguaia, convertida pela Decisão nº 379/2013 - 1ª Câmara, **em face da prática de atos com grave infração às normas legais, a saber:** a) De responsabilidade do **Sr. Wanderley Araújo Gonçalves, vereador presidente à época (...) por infringência ao artigo 37, caput, (princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência) e artigo 40, ambos da Constituição Federal, c/c o artigo 12, I, “j” da Lei Federal 8.212/91**, pela ausência de desconto e recolhimento de contribuições previdenciárias cujas cifras totalizam R\$ 28.048,44, no período janeiro a dezembro de 2009. b) De responsabilidade do **Sr Wanderley Araújo Gonçalves (...) em face de não conformidade com os arts. 37, caput e 74, ambos da Constituição Federal (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência) c/c o art. 44 da Lei Orgânica Municipal**, pela nomeação de vereador para exercer cargo de controlador, ferindo assim a independência e eficiência na fiscalização do órgão de controle interno. (...) II – Imputar débito, com fundamento no art. 19 da Lei Complementar n. 154/96, ao **Sr. Wanderley Araújo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Chupinguaia**, (...) no valor histórico de 28.048,44, cujo valor corrigido com juros até a presente data, totaliza a importância de R\$ 87.422,44 (oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos). (...) IV – Multar individualmente, com fulcro no art. 55, II e III da Lei Complementar nº 154/96 c/c o inciso II do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte de Contas, **Wanderley Araújo Gonçalves, na qualidade de Vereador Presidente da Casa de Leis de Chupinguaia exercício 2009**, no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), o equivalente a 50% do valor descrito no caput do artigo 55 da Lei Complementar 154/96 (em sua versão original), pelas infringências aduzidas nos

subitens I, “a” e “b”; (...) Por todo o exposto e sem maiores delongas, **frise-se que a conduta dos jurisdicionados diretamente envolvidos no descumprimento dos ditames legais, incorrendo ou colaborando para a ausência dos descontos e recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, ocasionando dano ao erário, demonstram extrema má-fé, descontrole contábil, gestão inoperante, bem como violam flagrantemente o princípio da legalidade e comprometem a regularidade atuarial**, condutas que desafiam responsabilização e aplicação de pena pecuniária, consoante o fundamento insculpido nos art. 55, II e III, da Lei Complementar n. 154/96." **(TCE-RO. PROCESSO Nº. 3569/2013. ACORDÃO. PLENO. JULGADO EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017)**

"ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em consonância com o Voto do CONSELHEIRO-SUBSTITUTO OMAR PIRES DIAS (Relator em substituição regimental ao CONSELHEIRO PAULO CURI NETO), por unanimidade de votos, em: I – Julgar irregulares as contas especiais dos senhores **Wanderley Araújo Gonçalves**, Paulo Américo Dotti, e Luciana Custódio da Silva, com fulcro no art. 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar estadual n. 154/1996. c/c o art. 25, incisos II e III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, em razão das irregularidades a seguir indicadas: a) **De responsabilidade do senhor Wanderley Araújo Gonçalves, por infringência ao art. 63, § 2.º, inciso III, da Lei Federal n. 4.320/64**, pelo pagamento de diárias sem a devida prestação de contas, porquanto efetuada sem observância das formalidades legais e sem a comprovação do deslocamento dos beneficiários (itens 2, 3, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33 da conclusão do Relatório Técnico de fls. 760/777). b) **De responsabilidade do senhor Wanderley Araújo Gonçalves, solidariamente com o senhor Paulo Américo Dotti: i. por infringência ao disposto nos arts. 62 e 63 da Lei Federal n. 4.320/64**, pela aquisição de passagens aéreas sem a regular liquidação da despesa (item 11), que acarretou o dano ao erário no importe de R\$ 15.860,79 (quinze mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e nove centavos). ii. **por infração ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal**, pela realização de contratação sem procedimento licitatório (item 8), **e por ofensa aos arts. 62 e 63 da Lei Federal n. 4.320/64**, pelo pagamento das despesas dela decorrentes sem regular liquidação (item 9). iii. **por violação ao art. 38, inciso VI, da Lei Federal n. 8.666/93**, pela ausência de manifestação da assessoria jurídica do órgão nos processos de n. 11/2012 e 95/2012, quanto à aquisição de passagens aéreas (item 10). iv. **por ofensa ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 24, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93**, em razão da fragmentação da despesa nas aquisições realizadas nos processos de n. 29/2012 e 94/2012, referente à compra de material de expediente, e 11/2012 e 95/2012, relativamente à compra de passagens aéreas (item 12). (...) II – Imputar ao senhor Wanderley Araújo Gonçalves, solidariamente com o senhor Paulo Américo Dotti, com fulcro no art. 19 da Lei Complementar estadual n. 154/1996, o débito no valor histórico de R\$ 15.860,79 (quinze mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e nove centavos), o qual, ao ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora, a partir de agosto de 2012 até maio de 2017, corresponde ao valor atual de R\$ 34.478,65 (trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), **1 em razão da**

realização de pagamento sem regular liquidação da despesa. III – Aplicar as seguintes sanções pecuniárias ao senhor Wanderley Araújo Gonçalves: a) multa individual, com fulcro no art. 54 da LC estadual n. 154/1996, no percentual de 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito imputado (sem a incidência de juros de mora), totalizando o importe de R\$ 2.196,09 (dois mil, cento e noventa e seis reais e nove centavos), **pelo dano ocasionado ao erário com a realização de pagamento sem a regular liquidação da despesa.** b) multa individual, com suporte no art. 55, inciso III, da LC estadual n. 154/1996, c/c o art. 103, inciso III, do Regimento Interno do TCERO, no percentual de 15% (quinze por cento) do valor contido no caput daquele artigo, **ante a gravidade e a reiteração das condutas irregulares, durante todo o período fiscalizado atualizado**, conforme o § 2.º do mesmo preceito, pela Portaria n. 1.162, de 25/07/2012, totalizando R\$ 12.150,00 (doze mil, cento e cinquenta reais), **pelo pagamento de diárias sem a devida prestação de contas, porquanto efetuada sem observância das formalidades legais e sem a comprovação do deslocamento dos beneficiários.** c) multa individual, com supedâneo no art. 55, inciso II, da LC estadual n. 154/1996, c/c o art. 103, inciso II, do Regimento Interno do TCERO, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), **pela realização de contratação sem procedimento licitatório e pelo pagamento das despesas dela decorrentes sem regular liquidação.** d) multa individual, com fulcro no art. 55, inciso II, da LC estadual n. 154/1996, c/c o art. 103, inciso II, do Regimento Interno do TCERO, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), **em razão da fragmentação da despesa nas aquisições realizadas nos processos de n. 29/2012 e 94/2012, referente à compra de material de expediente, e 11/2012 e 95/2012, relativamente à compra de passagens aéreas.** e) multa individual, com fulcro no art. 55, inciso II, da LC estadual n. 154/1996, c/c o art. 103, inciso II, do Regimento Interno do TCERO, no valor de R\$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais), **pela ausência de manifestação da assessoria jurídica do órgão nos processos de n. 11/2012 e 95/2012, quanto à aquisição de passagens aéreas. (...) Dano este, porém, que não se pode quantificar com segurança, e cuja responsabilidade, a esse respeito, e para evitar injustiças, deveria ser impingida aos agentes públicos com a atribuição de ordenar a despesa e de controlar a sua execução, a saber: o senhor Wanderley Araújo Gonçalves, então Vereador Presidente; o senhor Paulo Américo Dotti, então Diretor Geral; e a senhora Luciana Custódio da Silva, Controladora Interna da Câmara Municipal de Chupinguaia. (...) No caso em tela, é fácil ver que a responsabilização por esses dispêndios irregulares deve recair aos ordenadores das despesas, senhores Wanderley Araújo Gonçalves (Vereador Presidente) e Paulo Américo Dotti (Diretor Geral), tendo em vista que esses agentes, mesmo sem qualquer prova do adimplemento da obrigação por parte da contratada, autorizaram os referidos pagamentos, concorrendo diretamente para que a lesividade aos cofres públicos se materializasse." (TCE-RO. PROCESSO Nº. 4074/2013. ACORDÃO. PLENO. JULGADO EM 26 DE JULHO DE 2017)**

Diante da hipótese fática, deve-se ater-se ao referencial jurídico, claramente fixado pela norma eleitoral e pelas decisões do Tribunal Superior Eleitoral, as quais, em conjunto, formam jurisprudência consolidada sobre o tema:

*"Art. 1º São **inelegíveis**: I - para qualquer cargo: g) os que tiverem **suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa**, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, **para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão**, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)"*

*"(...) 4. O art. 1º, inciso i, alínea g, do estatuto das inelegibilidades reclama, para a sua caracterização, o preenchimento, cumulativo, dos seguintes pressupostos fático-jurídicos: (i) **o exercício de cargos ou funções públicas**; (ii) **a rejeição das contas pelo órgão competente**; (iii) **a insanabilidade da irregularidade apurada**, (iv) **o ato doloso de improbidade administrativa**; (v) **a irrecorribilidade do pronunciamento que desaprovava**; e (vi) **a inexistência de suspensão ou anulação judicial do aresto que rejeitara as contas**. (ac de 30.11.2016 no respe nº 26011, rel. Min. Luiz Fux.)*

De plano, afasta-se a configuração da hipótese de inelegibilidade em comento com arrimo no processo 1333/2011 da Corte de Contas, pois a imbrincada situação jurídica que conduziu à irregularidade das contas não deixa espaço ao reconhecimento de conduta dolosa do impugnado.

Entretanto, igual sorte não envolve os demais processos supracitados, para os quais entendo presente a causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, "g", da LC 64/90, visto que verificáveis todos os seus elementos configuradores, já que o impugnado ocupava cargo público de vereador presidente e, no desempenho de seu *munus*, praticou atos dolosos de improbidade administrativa configuradores de irregularidades insanáveis, consistente na inobservância das normas de administração pública, com especial infringência àquelas das Leis Federais nº. 4.320/64, 8.212/91 e 8.666/93, ao agir, nas diversas ocasiões supratranscritas, de forma voluntária e consciente, para a causação do dano ao erário e afronta aos princípios constitucionais correlatos. Nesse ponto, não se olvida da tese defensiva de que o impugnado não atuou com dolo apto a configuração de improbidade administrativa, pois dos transcritos acima pode-se constatar que existe a presença do dolo genérico exigido nas condutas imputadas.

Ademais, tais atos foram julgados irregulares pelo tribunal de contas competente, em decisão irrecorrível, e não suspensa ou anulada por decisão judicial.

Em igual sentido, afastam-se as demais argumentações defensivas, conforme razões expostas nos seguintes julgamentos:

4.1. De um lado, o art. 1º, inciso i, alínea g, da lc nº 64/90 possui, em sua tipologia, elementos que reduzem, na medida em que manietam, em alguma medida, a cognição horizontal do juiz: requer menor amplitude intelectual identificar se o indivíduo desempenha cargo ou função pública, bem como saber se o pronunciamento exarado é suscetível de impugnação (requisito da irrecorribilidade), ou se há, ou não, suspensão ou anulação judicial do acórdão de rejeição das contas. 4.2. Por outro lado, o art. 1º, inciso i, alínea g, traz em seu bojo requisitos que ampliam a cognição do juiz eleitoral, habilitando-o a exarar juízos de valor concretos acerca de cada um deles. Assentar o

caráter insanável de uma irregularidade apurada ou qualificar certa conduta ímproba como dolosa ou culposa não se resume a uma atividade intelectual meramente mecânica, mas, ao revés, a apuração desses requisitos envolve maior espectro de valoração, notadamente quando o acórdão de rejeição de contas ou o decreto legislativo forem omissos com relação a tais pontos ou os examinarem de forma açodada, sem perquirir as particularidades das circunstâncias de fato [...]" ([ac de 30.11.2016 no respe nº 26011, rel. Min. Luiz fux.](#))

"(...) 6. Nem toda conta desaprovada enseja inelegibilidade. **Cabe à Justiça Eleitoral** aferir presença de elementos mínimos que revelem má-fé, desvio de recursos (em benefício próprio ou de terceiros), **dano ao erário**, nota de improbidade ou grave afronta a princípios, isto é, circunstâncias que demonstrem lesão dolosa ou prejuízo à gerência da coisa pública. Precedentes. 7. **Não se requer dolo específico para incidência de referida inelegibilidade, bastando o genérico ou eventual, isto é, quando o administrador assume os riscos de não atender aos comandos constitucionais e legais que vinculam e pautam os gastos públicos [...]** 8. Exigir-se dolo específico implica criar requisito não previsto na alínea g e constitui afronta ao art. 14, § 9º, da CF/88, dispositivo segundo o qual as hipóteses de inelegibilidade, estatuídas mediante lei complementar, visam proteger a probidade administrativa e a moralidade para exercício de cargo eletivo, considerada a vida pregressa do candidato. (...) 13. Abertura de créditos suplementares, sem autorização legal e sem recursos disponíveis, enquadra-se na inelegibilidade do art. 1º, I, g, da LC 64/90, pois configura vício insanável e ato doloso de improbidade administrativa. Precedentes, dentre eles o AgR-REspe 83-80/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 20.4.2016 e o AgR-REspe 172-51/BA, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJe de 9.4.2013. 14. **Essa conduta contraria frontalmente os arts. 167, V e VII, da CF/88 e 43 da Lei 4.320/64**, e, ainda, constitui em tese crime de responsabilidade, nos termos do art. 11, item 2, da Lei 1.079/50." ([Ac. de 15.12.2016 nº REspe nº 11733, rel. Min. Herman Benjamin.](#))

"Eleições 2016. Agravo regimental no recurso especial. Registro de candidatura. Indeferimento. Cargo de vereador. Rejeição de contas. Pagamento de verbas indevidas. Descumprimento do art. 39, § 4º, da Constituição da República. Incidência da inelegibilidade prevista no art. 1º, i, g, da LC nº 64/90. Decisão mantida. Desprovimento. 1. O art. 1º, inciso I, alínea g, do Estatuto das Inelegibilidades reclama, para a sua caracterização, o preenchimento, cumulativo, dos seguintes pressupostos fático-jurídicos: (i) o exercício de cargos ou funções públicas; (ii) a rejeição das contas pelo órgão competente; (iii) a insanabilidade da irregularidade apurada, (iv) o ato doloso de improbidade administrativa; (v) a irrecorribilidade do pronunciamento que desaprovava; e (vi) a inexistência de suspensão ou anulação judicial do aresto que rejeitara as contas. 2. **A aludida inelegibilidade se aperfeiçoa não apenas com o dolo específico, mas também com o dolo genérico, que se caracteriza quando o administrador assume os riscos de não atender os comandos constitucionais e legais, que vinculam a Administração Pública [...]**" ([Ac de 16.5.2017 no AgR-REspe 46890, rel. Min. Luiz Fux.](#))

*“Eleições 2012. Registro de candidatura. Indeferimento. Rejeição de contas. Inelegibilidade. Art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90. Incidência. 1. **O descumprimento da Lei nº 8.666/93 e o não recolhimento de contribuições previdenciárias constituem irregularidades insanáveis que configuram ato doloso de improbidade administrativa, para efeito da verificação da inelegibilidade prevista no art. 1º, I, g, da LC nº 64/90.** 2. Para a caracterização da inelegibilidade prevista na alínea g do inciso I do art. 1º da Lei das Inelegibilidades, não se exige o dolo específico, bastando para tal o dolo genérico ou eventual, que se caracteriza quando o administrador assume os riscos de não atender aos comandos constitucionais e legais, que vinculam e pautam os gastos públicos. 3. Para rever as alegações de que constariam dos autos os comprovantes do parcelamento da dívida junto ao INSS; de que a Corte de Contas teria acatado a documentação referente à prorrogação do contrato de serviço; de que existia respectiva previsão contratual e de que tal providência ocorreu dada a necessária continuidade do serviço público em benefício da coletividade, sem nenhum favorecimento, seria necessário o reexame dos fatos e das provas considerados pelo acórdão regional, o que não é possível de ser realizado em sede de recurso de natureza extraordinária, consoante reiteradamente decidido com apoio nas Súmulas nos 7 do STJ e 279 do STF. [...]” (Ac. de 23.05.2013 no AgR-REspe nº 12726, rel. Min. Henrique Neves.)*

*“[...]. Registro de candidato. Eleição 2012. Vereador. Inelegibilidade. LC nº 64/90, Art. 1º, I, g, [...]. 1. No julgamento do REspe nº 263-20/MG, o TSE decidiu ser inviável o exame das alterações fáticas e jurídicas supervenientes ao pedido de registro que afastem a inelegibilidade nos termos da parte final do § 10 do art. 11 da Lei nº 9.504/97 devido à falta de debate e decisão prévios dessa questão no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral. Ressalva do entendimento do relator. Ademais, o conhecimento de documento juntado após a interposição do recurso especial e a apresentação de contrarrazões esbarra nas Súmulas nos 7/STJ e 279/STF. 2. A concessão de liminar pela própria Corte de Contas não possui eficácia para suspender a cláusula de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, g, da LC nº 64/90. Precedentes. 3. **O não recolhimento de contribuições previdenciárias ao INSS consubstancia irregularidade insanável configuradora de ato doloso de improbidade administrativa, nos termos do art. 1º, I, g, da LC 64/90.** [...]” (Ac. de 30.4.2013 no AgR-AgR-REspe nº 13605, rel. Min. Dias Toffoli.)*

*“Eleições 2014. [...]. Registro de candidatura. Deputado estadual. Inelegibilidade. Art. 1º, I, alínea g da LC nº 64/90. Dolo. Conduta improba. Insanabilidade dos vícios. Presença. [...] 1. **Segundo entendimento deste Tribunal Superior Eleitoral, o pagamento indevido de diárias consiste em irregularidade insanável que configura ato doloso de improbidade administrativa. Precedentes.** 2. O pagamento indevido de horas extras, por terem a mesma natureza excepcional das diárias, também consiste irregularidade insanável que configura ato doloso de improbidade administrativa. [...]” (Ac. de 9.10.2014 no AgR-RO nº 389027, rel. Min. Maria Thereza Rocha de Assis Moura.)*

Por fim, conforme transcrito, os julgamentos se deram em 16 de dezembro de 2015, 26 de julho de 2017 e 28 de novembro de 2017, estando a inelegibilidade tratada dentro de seu lapso temporal de incidência de oito anos, a contar da decisão de rejeição, restando,

portanto, **JULGAR PROCEDENTE** a ação de impugnação de registro de candidatura, com espeque no art. 1º, I, "g", da LC 64/90, por três vezes.

Por fim, quanto à informação de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, "e", 1, da citada Lei Complementar, carreada aos autos *ex officio* pelo Cartório Eleitoral, restou acostado registro do Cadastro Eleitoral (ID 17270465) como ASE 540 - ocorrência a ser examinada em pedido de registro de candidatura, na qual teve anotada, em 03 de janeiro de 2018, a extinção de punibilidade decorrente da condenação criminal pelo crime contra a fé pública previsto no art. 299, *caput*, c/c art. 61, II, "g", ambos do Código Penal, decorrente do processo 13969-31.2012.822.0501.

De forma semelhante, aqui também não merecem prosperar as alegações da defesa, dado que o conceito jurídico próprio de quitação eleitoral não exclui a coexistência de causa de inelegibilidades, como sói ser esse caso; bem como que não há que se falar em inconvenção da Lei Complementar nº. 64/90, ainda que com a redação dada pela Lei Complementar nº. 135/2010, por todos:

*"[...] Registro de candidatura. Deputado estadual. Indeferimento. Art. 1º, I, g, da LC nº 64/1990 (redação dada pela LC nº 135/2010). **Preliminar de ofensa ao art. 23 da Convenção Americana de Direitos Humanos. Não caracterização.** Ultraje aos princípios do juiz natural e da não culpabilidade. [...] Rejeição de contas de gestão. Prefeito. Competência da Corte de Contas. Configuração de ato doloso de improbidade administrativa. Maior eficiência na realização dos gastos públicos. Adequação das condutas às diretrizes normativas balizadoras da atuação dos responsáveis pela gestão das despesas públicas. Interpretação inequívoca da cláusula final da alínea g. [...] **3. As hipóteses de inelegibilidade no ordenamento jurídico pátrio são fixadas de acordo com os parâmetros constitucionais de probidade, moralidade e de ética, e veiculadas por meio de reserva de lei formal (lei complementar), nos termos do art. 14, § 9º, da Constituição da República, razão por que, a prevalecer a tese segundo a qual a restrição ao direito de ser votado se submete às normas convencionais, haveria a subversão da hierarquia das fontes, de maneira a outorgar o status supraconstitucional à Convenção Americana, o que, como se sabe, não encontra esteio na jurisprudência remansosa do Supremo Tribunal Federal que atribui o caráter supralegal a tratados internacionais que versem direitos humanos [...]** 4. Além disso, e sob um enfoque de modelagem interinstitucional, ao encampar a referida tese estar-se-ia tolhendo, pela via da hermenêutica, a atuação confiada pelo constituinte ao legislador infraconstitucional de estabelecer qualquer causa restritiva ao ius honorum. **Vale dizer: toda e qualquer hipótese de inelegibilidade veiculada por norma infraconstitucional (no caso, através de lei complementar) seria atentatória ao art. 23 da Convenção Americana de Direitos Humanos, a despeito de a Constituição facultar tal prerrogativa ao legislador ordinário. Ora, cancelar essa consequência, concessa venia, não encontra lastro constitucional, e não pode ser admitida. [...]** (...) b) As impropriedades, em seu conjunto, demonstraram a ineficiência do gestor e sua irresponsabilidade no trato da coisa pública, especialmente por infringir os princípios constitucionais reitores da administração pública, conduzindo à constatação de que os vícios contêm nota de improbidade. c) A Corte de Contas representou ao Ministério Público para subsidiar a adoção das medidas necessárias à coibição de eventuais crimes, o que evidencia a gravidade das irregularidades*

apuradas, com patente violação aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade e da impessoalidade (CRFB/88, art. 37, caput). [...]” (Ac. de 2.12.2014 no AgR-RO nº 47153, rel. Min. Luiz Fux.)

Desse modo, considero presente a causa de inelegibilidade do art. 1º, I, "e", 1, da Lei Complementar nº. 64/90, cujo prazo de incidência encontra-se vigente, *in casu*, até 03 de janeiro de 2026, obstáculo suficiente e intransponível ao deferimento do registro.

Entrementes, o pedido de registro de candidatura deve ser indeferido.

ISSO POSTO, **INDEFIRO** o pedido de registro de candidatura de **WANDERLEY ARAUJO GONCALVES**, para concorrer ao cargo de **Prefeito**.

Colorado do Oeste - Ro, datado e assinado eletronicamente.

ELI DA COSTA JUNIOR
Juiz Eleitoral